

RECURSO ESPECIAL Nº 1.377.862 - PB (2013/0100445-7)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -
PR0000000
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA
ADVOGADO : EDGAR TAVARES DE MELO DE SÁ PEREIRA E
OUTRO(S) - PE023951

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado pela **Fazenda Nacional**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 144):

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS AO DESLINDE DA QUESTÃO. APRESENTAÇÃO PELO DEMANDADO. POSSIBILIDADE PROVIMENTO.

- 1. Possibilidade de retratação, enquanto não proferida sentença homologatória da desistência, vez que esta só produz efeitos depois de homologada (art. 158, CPC).*
- 2. Conquanto seja do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito (art. 333, I, CPC), nada obsta que sejam solicitados ao réu, que os detém, os documentos indispensáveis ao deslinde da questão.*
- 3. É prematura a extinção do feito, sem resolução do mérito por ausência de documento essencial à propositura da ação, quando sequer foi analisado pleito da demandante para que a documentação necessária fosse solicitada ao fisco.*
- 4. Apelação provida. Processo devolvido ao juízo de origem para regular processamento.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 159/162).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 264, 267, I, 286, 295 e 535 do CPC/73. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissa acerca da proibição de pedido genérico, da impossibilidade do pedido após a citação do réu e quanto ao ônus do autor de provas os fatos constitutivos do seu direito, no caso a negativa da União em fornecer os

documentos necessários à instrução da sua petição inicial; (II) o município autor teria feito pedido genérico e abstrato, pois *"não fez, em sua petição inicial, a indicação pontual dos débitos fiscais sobre os quais devesse recair eventual declaração de decadência e/ou prescrição tributárias. De fato, os pleitos formulados pelo autor em sua exordial são genéricos e abstratos, NÃO se referindo lançamentos e créditos tributários específicos contra os quais seria possível ao autor-apelante se insurgir"* (fl. 175); (III) *"no presente caso, a generalidade da demanda, ao contrário do sustentado na apelação, atinge a própria natureza dos pedidos, e não a quantidade destes, não se achando tampouco previstos dentre as exceções legais do art. 286 do CPC, maculando a petição inicial de inépcia e ensejando a extinção do processo sem julgamento do mérito. Tal raciocínio abrange, inclusive, os créditos parcelados sobre os quais o autor-apelante também deseja ver imputadas a prescrição e decadência tributárias"* (fl. 176); (IV) *"no caso em comento, de acordo com o que se analisa da petição inicial, o autor-apelante NÃO dá notícia da existência da constituição de um ou vários créditos tributários supostamente decadentes ou prescritos em seu desfavor, razão pela qual se revela, antes de tudo, sem qualquer utilidade a provocação do Poder Judiciário para proteção de direito que sequer se demonstrou ameaçado ou violado; ou seja, carece o autor propriamente de interesse de agir. Assim sendo, não se pode admitir uma demanda que vise a declaração de decadência ou prescrição tributária sem que seja apontada a irresignação efetiva do autor em face de créditos específicos, além do conhecimento dos seus fatos geradores, eventual parcelamento, como também de causas suspensivas/interruptivas da prescrição"* (fl. 177).

Contrarrazões não apresentadas.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as*

interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, consoante se extrai do seguinte trecho do acórdão exarado no julgamento dos embargos de declaração opostos pela União (fl.160):

Na hipótese sub examine não se verifica a omissão apontada, porquanto o acórdão reporta-se especificamente à possibilidade de que sejam solicitadas informações ao réu quando o mesmo as detenha. As alegadas generalidades do pedido e ausência de interesse de agir não são observáveis no presente feito pelo simples fato de que, como já explicitado no acórdão, há dados que não estão à disposição do embargado e que foram pelo mesmo solicitados em juízo, solicitação esta que sequer foi analisada. A juntada dos documentos anexos à apelação não configura inovação da demanda, pois são apenas reflexo da tentativa do Município de assegurar um direito que, a princípio, não conseguiu provar por não possuir as informações necessárias para fazê-lo.

Está explícito no acórdão embargado que, apesar de o ônus da prova de fatos constitutivos de direito ser do autor, o fato de a Fazenda Nacional deter as informações que lhe são necessárias faz com que não haja sentido em esperar que o mesmo prove a recusa da União em extrair as cópias de processos administrativos. O pedido do autor de que lhe fossem prestadas as informações não foi sequer apreciado. É necessário, portanto, que sejam esgotados os meios processuais, em primeiro grau, disponíveis ao esclarecimento da demanda de acordo com os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Com essas considerações, NEGO PROVIMENTO aos embargos de declaração.

Assim, não se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No mérito, o Tribunal regional deu provimento à apelação do município, ora recorrido, para anular a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito, adotando os seguintes fundamentos (fls. 141/142):

No tocante à cobrança de contribuições previdenciárias atingidas pela prescrição/decadência, verifico que o exame da questão depende da apresentação dos procedimentos

administrativos e relatórios fiscais, imprescindíveis para que se proceda à identificação de tudo que foi pago de forma indevida. A controvérsia reside em quem deveria apresentar tais documentos.

Compulsando os autos, observo que o apelante requereu às fls. 51/52 que o juiz "a quo" determinasse a União (Fazenda Nacional) trouxesse aos autos os relatórios fiscais fornecidos pela Secretaria da Receita Federal, tais como: CCREDEXT - Consulta ao Extrato do Devedor (do Município-autor); EXTRATO C PAR ESP - Consulta a situação do Parcelamento Especial; EXTRATO LPROENV - Relaciona todos os processos consolidados no Parcelamento Especial; CCADPAR - Consulta dados do Parcelamento; CCADPRO - Consulta de Identificadores de Processo; CCRED - Consulta de Informações ao Crédito de cada débito consignado nos Extratos do Município-autor, bem como os documentos referentes aos parcelamentos de pagamentos efetuados até a data de 11/06/2008, impassíveis de repetição, e que serviram para amortizar as dívidas mais antigas, bem como os pagamentos efetuados a partir de 11/06/2008, que poderão ser passíveis de restituição acaso confirmados a decadência ou prescrição.

Entretanto, em nenhum momento o juízo singular apreciou o pedido do apelante, muito pelo contrário, limitou-se a estipular prazo para que o autor se manifestasse acerca de seu interesse no prosseguimento do feito e sobre a preliminar de inépcia da inicial aventada pela Fazenda Nacional na contestação.

Conquanto o ônus de prova acerca dos fatos constitutivos do direito seja do autor (art. 333, I, do CPC), não se pode olvidar que, quem detém as informações acerca da situação fiscal do apelante é a Fazenda Nacional, não podendo imputar-se ao autor que apresente dados que não estão em seu poder.

De destacar-se que a própria apelada afirma à fls. 43, que: "...1) A Procuradoria, assim como a Receita Federal, reconhecem o prazo prescricional e/ou decadencial de 5 anos, nos termos da Súmula Vinculante nº 08; 2) Se o contribuinte está achando que está sendo lesado, em algum processo, por estar pagando dívida prescrita e/ou decaída, que faça uma coisa simples: PROVE. Quando assim fizer, faça com provas contundentes e não venha transferir à Fazenda Nacional um ônus probatório que é exclusivamente seu; 3) Mesmo que o contribuinte tenha parcelado uma dívida, caso ela, no momento do parcelamento, esteja prescrita e/ou decaída, iremos reconhecer a prescrição e/ou decadência, no todo ou em parte. Aliás, temos parecer sobre tal assunto. Afinal de contas, tanto a prescrição como a decadência extinguem o crédito tributário. Porém, o contribuinte precisa provar..".

Ademais, em respeito ao princípio da ampla defesa e do contraditório, faz-se necessário que o juízo singular esgote todos os meios processuais para se dirimir a controvérsia, antes do proferimento de sentença, e que, no caso em tela, isto não ocorreu.

Em face da imprescindibilidade do fornecimento de processos administrativos e relatórios fiscais dos débitos pertencentes ao Município de Serra Redonda para o deslinde da controvérsia, torna-se necessária à reabertura da fase instrutória para que a Fazenda Nacional seja instada a apresentar tais documentos.

Ante tais considerações, dou provimento à apelação para anular a sentença, devendo os autos retornar ao juízo de origem, para regular processamento.

É como voto.

Com efeito, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, de que o pedido do autor seria genérico e abstrato e que caberia ao autor demonstrar a recusa da União em fornecer os documentos requeridos administrativamente essenciais à instrução de sua petição inicial, demandaria, necessariamente, o exame do acervo fático-probatório constante dos autos, mormente do teor da exordial, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator